

**Intervenções urbanas e aspirações de modernização - Campanha/MG (1890-1830)**

PATRÍCIA VARGAS LOPES DE ARAUJO\*

Entre finais do século XIX e início do século XX nota-se no Brasil uma série de transformações que perpassam pelos campos do político, do econômico e do sociocultural. Novas sociabilidades constituíam-se em nome de um ideal de *modernização* e de *civilização*.

O início do período republicano se caracterizaria por esse afã pela modernidade, desejo explicitado por políticos e intelectuais. Acompanhar o fluxo do progresso nesse momento significava, em grande medida, adequar-se ao ritmo da economia europeia e aos padrões da cultura, assim como aproximar-se das formas de modernidade ditada pelos países da Europa Ocidental. No Brasil, as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX foram ainda marcadas pelo crescimento da urbanização e a ampliação das funções urbanas.

Vale ressaltar que as elites brasileiras não procuraram simplesmente imitar o *modus vivendi* europeu, tratando de reproduzir nos trópicos, os modelos urbanísticos europeus. Estamos analisando um período de grandes transformações, de internacionalização da economia, no qual nota-se profundas mudanças nas comunicações, a expansão da imprensa, as ferrovias que passam a integrar as diversas partes do país, a melhoria nos serviços de correios e telégrafos, também é cada vez mais comum os filhos das elites irem estudar em países europeus, desse modo pode-se observar como em nenhum outro momento, a intensificação do intercâmbio de ideias, materiais e dos profissionais.

As reformas urbanístico-sanitárias empreendidas por Georges Eugène Haussmann, responsável por levar a cabo uma intensa reforma urbana na cidade de Paris, entre 1853-1869, construindo largas avenidas, praças monumentais e edifícios grandiosos, demolindo os antigos quarteirões, as ruas estreitas e tortuosas, os becos sem saída, operando uma cirurgia urbanística que se tornaria paradigma para as intervenções realizadas em diversas cidades em diferentes pontos do mundo. Com apoio do imperador Luís Napoleão e se orientado pelos ideais de higienização, embelezamento e racionalização do espaço urbano, Haussmann empreenderia uma profunda transformação nas estruturas ainda medievais da cidade de Paris.

A partir da segunda metade do século XIX, percebem-se no Brasil preocupações semelhantes com relação à salubridade da urbe e com o aumento populacional. O Rio de

---

\* Departamento de História – Universidade Federal de Viçosa. Doutora em História.



Janeiro, por exemplo, então capital da República, exercia a função de centro político-administrativo e econômico-cultural. No entanto, com relação à cidade, ao mesmo tempo em que se difundiam imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças.

No Brasil, outras cidades capitais além do Rio de Janeiro, como São Paulo, Manaus, Belém, Porto Alegre, Recife também adotariam planos urbanísticos como forma de inserirem-se no movimento de *modernização*. No entanto, em todos esses centros, não apenas as transformações físicas foram importantes, como era também concebido como necessário pelas autoridades públicas, pelas elites políticas e intelectuais transformações dos hábitos tradicionais arraigados da velha sociedade colonial, considerados atrasados.

Não apenas as cidades capitais passaram por processos de *modernização*. Concordamos com Fransérgio Follis que os estudos existentes a respeito da *modernização urbanística* têm concentrado suas análises nos planos de reformas implementados nos grandes centros urbanos brasileiros, a partir do estudo dos planos gerais de remodelação elaborados por reconhecidos profissionais do urbanismo moderno. Isso, por outro lado, impõe limites tanto à compreensão do desenrolar do processo em cidades que sofreram considerável *modernização*, ainda que não implementadas por esses profissionais, embora as intervenções urbanísticas nessas cidades tomassem como seus princípios organizadores tanto uma concepção de *modernização* e como uma *aspiração civilizadora*.

Conforme Nestor Goulart Reis, entre 1903 e 1914 quase todos os pequenos núcleos urbanos no Brasil que pudessem contar com capitais para essa finalidade tinham concluído programas de melhoria e reforma urbana, como obras de saneamento, canais de drenagem, serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, arborização das ruas e quase sempre a abertura de uma avenida, ainda que sem movimento de veículos que pudesse justificá-la (REIS FILHO, 1999: 105).

Embora não seja um termo empregado entre finais do século XIX e começo do século XX na documentação consultada, adotamos o termo *modernização* é utilizado como uma categoria explicativa que busca a aproximação com a realidade histórica estudada e sua compreensão. Dessa forma, *modernização* corresponde às perspectivas de incorporação das inovações do capitalismo europeu àquela época. As transformações mais significativas ocorreriam a partir de 1850, momento em que, de acordo com alguns estudos, haveria a liberação de capitais do comércio negreiro e em contrapartida a possibilidade de investimento

em outros setores econômicos, especialmente em infraestrutura e no setor financeiro. A ferrovia seria o carro-chefe desse processo, uma vez que refletiria no sistema de distribuição da produção e na alteração da paisagem rural, recortada por trilhos de ferros e pela construção de estações em estilo europeu. Além da ferrovia, mudanças significativas ocorreriam também no sistema de navios a vapor. A *modernização* diz respeito ainda a expansão urbana e às transformações ocorridas em meio urbano, impactando sensivelmente o cotidiano de homens e mulheres, dentre os quais podem ser destacados: mudanças nos meios de transportes, implementação de meios de transportes coletivos, calçamento de ruas, criação de serviços de limpeza urbana, abastecimento de água, estabelecimento do serviço de esgoto, iluminação a gás, depois elétrica, introdução do telefone<sup>1</sup>. A noção de *modernização* estabelece relação com outra concepção, a de *progresso*. A ideia de *progresso* sustenta-se, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas.

Frequentemente os estudos sobre os processos de *modernização urbana* no Brasil tem privilegiado o movimento que se segue da capital para o interior ou do centro para interior, perdendo-se aspectos locais desse processo. Esse artigo tem como objetivo a análise das intervenções realizadas por políticos, especialmente os denominados Agentes do Executivo Municipal, e outros agentes sociais, na cidade de Campanha/MG, no período compreendido entre 1890-1930, procurando verificar as ações empreendidas no espaço urbano a partir de três vetores: a remodelação/melhoramentos, o saneamento e o embelezamento. Partimos da hipótese de que ocorre um *movimento de modernização* no interior no Brasil, nas pequenas cidades, tal como Campanha/MG, em que a *modernização da cidade* se expressaria pela busca da incorporação de um ideário civilizatório, de remodelação e de intervenções empreendidas no espaço da cidade, bem como de transformações no campo do comportamento, mas compartilhando ou incorporando esses princípios a partir de suas singularidades locais.

Com vistas ao entendimento das ações empreendidas pela gestão política municipal realizada pelos “Agentes Executivo Municipal” no período de 1890-1930, distinguimos três fases distintas de intervenções (1890-1908, 1908-1927 e 1927-1930), considerando a dinâmica e funcionamento da Câmara Municipal de Campanha, uma vez que até 1930, a chefia do executivo municipal era conduzida pelo Presidente da Câmara Municipal, então denominado “Agente Executivo Municipal”. A atenção volta-se especialmente para os governos municipais do Dr. Zoroastro de Oliveira, Agente do Executivo Municipal entre

---

<sup>1</sup> Sobre as discussões em torno do processo de modernização, cf.: verbete Modernização in: VAINFAS, (2002); SEVCENKO (1997).



1908-1927 e Dr. Jefferson de Oliveira, Agente do Executivo Municipal entre 1927-1930, época em que se ampliam os projetos modernizadores e de intervenção urbana em âmbito local.

A Constituição de 1891 concedeu autonomia aos Estados para deliberar ao processo eleitoral havendo uma enorme variação quanto ao processo eleitoral dos municípios. Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente do executivo) de todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-1930) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidrominerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do Estado.

De acordo com a Constituição de 1891, a gestão do executivo municipal caberia ao prefeito. No entanto, a lei n. 2 de 14 de setembro de 1891, definia que a função executiva seria exercida pela figura do Agente Executivo Municipal. Dessa forma, embora fosse constituída pela constituição mineira, a figura do prefeito será inoperante durante toda a Primeira República. O agente executivo municipal possuía amplos poderes. O cargo de Agente Executivo era preenchido por meio de eleição, com mandato de três anos e era remunerado (subsídio).

Interessa-nos discutir questões relacionadas às noções de *modernização* e intervenções urbanas. Tais preocupações podem se ligar a uma noção mais abrangente: a de melhoramentos, e revelavam a preocupação de que as cidades necessitavam renovar suas feições a fim de se mostrarem modernas, progressistas e civilizadas. As *cidades modernizadas* constituir-se-iam a expressão mais representativa do progresso material e civilizatório de finais do século XIX e metade do século XX. Nesse sentido, particularmente, nos propomos tomar como ponto de reflexão o processo de remodelação e de intervenções urbanísticas, vistos a partir da pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais, buscando compreender como se incorporavam as aspirações de modernização.

Nesse sentido, buscamos responder às questões: havia preocupação com o progresso e a modernização presente na sociedade campanhense em finais do século XIX? Se sim, como se estruturava e se difundia o discurso modernizador e se empreendia ações no sentido de levar ao progresso? Como o discurso modernizador mais abrangente se incorporava às singularidades locais?



## 1. Intervenções urbanas e aspirações de modernização

Campanha<sup>2</sup>, a mais antiga cidade do Sul de Minas, como outras cidades mineiras, surgiu em decorrência das descobertas auríferas, da ocupação e povoamento da região fronteira a São Paulo. No final do século XVIII (1798), D. Maria I concede o título de Vila ao Distrito, nomeando-o de Vila da Campanha da Princesa. Pelo mesmo Alvará, a rainha nomeia também o primeiro juiz de paz da nova vila. No começo do século XIX verifica-se um crescimento demográfico expressivo na comarca do Rio das Mortes, sendo as vilas de São João del-Rei, Barbacena e Campanha os principais centros urbanos. Em 1840, pela Lei Mineira n.º 163, no § 1.º, a vila é elevada à cidade, com o nome atual de Cidade da Campanha. A cidade destacou-se tanto pela diversidade das atividades comerciais, como também pela agropecuária voltada para o comércio interno. Ao longo do século XIX, Campanha foi um dos mais expressivos centros urbanos da Província de Minas Gerais, com ativa participação na vida política provincial, destacando-se também pelas atividades econômicas desenvolvidas, especialmente a agropecuária.

Ao término do século XIX havia uma perspectiva de abandono, de ruína e de decadência da cidade. Em 1887, ao escrever seu livro *Minhas Recordações*, Francisco de Paula Ferreira de Rezende, registrou a respeito da cidade de Campanha, as seguintes informações:

*Como acontece a todas as povoações que devem a sua fundação a descobertas do ouro ou pedras preciosas, o desenvolvimento da Campanha foi, com efeito, não só relativamente grande, mas extremamente rápido. Assim como, porém, aconteceu a quase todas, ou antes, a todas as povoações de Minas que tiveram uma semelhante origem, a prosperidade da Campanha muito pouco durou. (REZENDE, 1987: 43).*

Ferreira de Rezende identifica no esgotamento do ouro e no fim da escravidão, na estagnação econômica prolongada e na posição topográfica fora do traçado natural que favoreceria a instalação da ferrovia, os fatores que contribuíram para o declínio econômico da cidade. Acrescente-se a esses fatos, a emancipação de vilas que anteriormente pertenciam à jurisdição da cidade de Campanha também favoreceriam uma grave crise financeira. Por outro lado, segundo o autor o prestígio da cidade manter-se-ia pela presença de ilustres cidadãos campanhenses na política nacional e no fortalecimento de instituições religiosas católicas na cidade.

Nas primeiras décadas do XX tornam-se comuns os discursos que procuram resgatar por meio da memória o prestígio da “locomotiva sul mineira”, bem como ações

---

<sup>2</sup> Cf.: ANDRADE (2005); ARAUJO (2008).



intervencionistas nos espaços urbanos que colocassem a cidade rumo ao progresso. Em 1902, por exemplo, a vida em Campanha ganhou por uns dias ar de grande centro, com a visita episcopal. Nas palavras do cronista do jornal *A Campanha* fica um misto de euforia “dessa semana excepcionalmente bela e encantadora e que tão agradavelmente transformara o aspecto local” na lembrança, bem como o lamento, pois após a passagem do bispo, a cidade voltaria ao ritmo entediante de uma cidade interiorana. O clima na cidade era de desânimo.

Os primeiros anos da República não transformaram muito os aspectos físicos da cidade de Campanha. Por outro lado, é perceptível nos discursos proferidos por políticos e jornalistas através dos jornais publicados na cidade, que eles estão atentos às mudanças que ocorriam em outras partes do mundo, principalmente na Europa. A crença de que o progresso poderia solucionar todos os problemas da humanidade ao ser realizado plenamente estava presente no imaginário. Porém, o progresso não pode se dar somente no campo material e do intelecto, é necessário que haja uma moralização dos costumes.

A propaganda construída no *A Campanha* conclamava a sociedade civil a contribuir com o poder público na providência dos melhoramentos para embelezar a cidade numa junção de interesses, os particulares beneficiando as casas, muros e passeios, enquanto o poder público atuaria nas ruas e praças.

Desde finais do século XIX, nota-se a preocupação dos Agentes do Executivo Municipal de Campanha em empreenderem esforços sistemáticos em proporcionarem melhoramentos à cidade. Segundo Bresciani, a noção de melhoramentos liga-se a uma diversidade de situações “portadoras de benefícios à cidade e à sua população” (BRESCIANI, 2000: 344). A ideia de melhoramentos constituir-se-ia como uma imagem tanto pode comportar uma força explicativa (ou racional), quanto uma forma persuasiva (ou emocional). Parte importante estaria, portanto, relacionada à capacidade de criação de imagens, sejam elas verbais ou icônicas. No caso da cidade, essa imagem esteve bastante associada à ideia de realização de obras públicas.

Nos Relatórios de Presidente de Província e em Atas da Câmara Municipal da cidade de Campanha a noção aparece referida a reparos, benefícios, conservação, concerto de estradas, aterros, canais e pontes, abertura de novas estradas, (re)calçamentos, edificações, iluminação pública. No ano de 1893, por exemplo, o Agente Executivo da cidade de Campanha foi autorizado a fazer as seguintes obras: matadouro público, construção de um paço Municipal, recalçamento das ruas da cidade e seu nivelamento, conserto das estradas e pontes municipais, construção da estrada de São Gonçalo, todo e qualquer serviço de



necessidade<sup>3</sup>. Outras obras, tais como construção de paredões, iluminação da cidade, melhoramentos balneários, reparos de igrejas, aquedutos, encanamentos, foram também realizados. As preocupações com a realização de melhoramentos públicos adentrariam o século XX. A partir da década de 1910, a cidade passaria por várias intervenções, reformas e obras de melhoramentos, com ajuda do Governo de Minas Gerais e da administração municipal, que criaria posturas com vistas a melhor organização da cidade, particularmente quanto às condições de salubridade, abastecimento de água, a existência de árvores nas áreas centrais, melhoramentos das ruas, proibição da existência de chiqueiros no perímetro urbano.

Em artigo intitulado “Uma impressão de 20 anos atrás”, assinado por Hildergardo Moraes e publicado na *Revista Alvorada*, em 1928, o autor aponta-se para a imagem de uma cidade em ruínas:

*Olhando mesmo de relance, percebe-se que a construção da cidade foi tumultuária e o ritmo de sua execução emparelhado ao tropelo da extração delirante e fascinadora do ouro. Ruas estreitas e esconsas, pavimentadas á pedra bruta malgradada, e em algumas a umidade repontando nas paredes e na calçada, á mûngua de sol que lhes dê vida e calor. Parece pesar uma maldição eterna á obra do que profanam o seio da terra dadivosa e indefesa, a revolver-lhe tesouros guardados em suas entranhas. Ao período de fausto, de ostentação e de luxo, sucedeu a Campanha o de tristeza, de desolação e de ruínas<sup>4</sup>.*

Por outro lado, na mesma revista aponta-se que

*Se é certo que Campanha jamais deixou de ser, no sul de Minas, a cidade intelectual e de acendrado civismo, não menos é que assaz tem progredido nestas duas ultimas décadas de vida material. A prova do asserto pode ser feita num sintético e rápido balanço da nossa atividade e dos nossos incontidos anseios de avançar pela nova senda aberta por método novos à vida das moderna Urbs<sup>5</sup>.*

O editor da revista, Dr. Borges Netto, indica os progressos ocorridos na cidade e ressalta a figura de Zoroastro de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Campanha entre 1907-1927. Eleito Presidente da Câmara Municipal em 1907, assumiria o governo municipal por duas décadas. Durante sua administração, a cidade foi abastecida de água potável, executaram-se as instalações de luz e força elétrica, os serviços esgotos e as instalações sanitárias foram iniciados e quase concluídos. De acordo com biografia escrita por Roberto Jefferson de Oliveira, essas obras foram executadas a partir de um empréstimo

<sup>3</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Campanha. Sessão Ordinária de 07 dez. 1893. Centro de Memória Cultural do Sul de Minas (CEMEC-SM).

<sup>4</sup> *Revista Alvorada*. Campanha, n. 1, ano I, ago. 1928, p. 9. Centro de Estudos Campanhenses Monsenhor Lefort/Biblioteca Municipal de Campanha.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

contraído pelo município na França em 1912<sup>6</sup>. Apesar da decadência econômica da cidade, Campanha seria a primeira da região a receber os serviços de rede de esgoto, de luz e de água.

Zoroastro de Oliveira mandaria ainda construir o Cemitério Novo, o Matadouro Municipal e o Grupo Escolar. Coube ao seu governo o início da remodelação das ruas e o serviço que dispensa encômios. Em 1927 seu irmão, Jefferson de Oliveira, sucedeu-lhe na condução política, dando continuidade à remodelação urbana da cidade.

Sucedendo seu irmão na política municipal, em pouco menos de um ano de administração, Jefferson de Oliveira empreenderia, segundo artigo intitulado “Campanha Hodierna” da *Revista Alvorada*, esforços em promover “grandes e uteis melhoramentos”, entre os quais as reformas do Teatro Municipal, o ajardinamento da Praça D. Ferrão, a reforma do jardim municipal, o alargamento e o abaulamento de ruas e dado início a reforma da Praça Zoroastro de Oliveira. Sancionou leis importantes, dentre elas, a que regulava o trânsito de veículos, a que criação de impostos sobre muros e a regulamentava sobre a construção e reforma dos mesmos, a de extinção de bananeiras no perímetro urbano e o de restabelecimento do serviço de remoção do lixo a domicílio<sup>7</sup>.

Outras medidas semelhantes diziam respeito a higiene pública, especialmente a preocupação com a eliminação de focos de miasmas, bem como com estado e aspecto das habitações e a substituição por moradias adequadas em torno da cidade. Nesse sentido, a Câmara Municipal tomou providências em 1927, sobre os prédios em estado de ruínas. Além disso, foram tomadas medidas também no sentido de melhorar e sanear as ruas da cidade. Na virada do século XIX para o XX as ruas eram irregulares, de terra batida ou pedra de pé de moleque. Em 06 de junho de 1927 foi criada a Lei n° 140 que regulava a construção de passeios dentro da área urbana.

Em outro artigo publicado pela mesma revista no mesmo ano, com título de “Como são vistos os nossos dirigentes”, encontra-se elogios ao Dr. Jefferson de Oliveira, que não se cansaria, nem se poupava “em remoçar a velha Princesa do Sul”. Outro jornal *O Campanhense*, na seção “Índices do progresso da Campanha”, publicou o artigo intitulado “Aspectos atuais da Princesa do Sul de Minas”, reafirmando-se a postura empreendedora do Agente do Executivo Municipal.

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar ainda que a Lei Estadual N° 546, de 27 de setembro de 1910, garantia empréstimos aos municípios para instalação dos serviços de energia elétrica, saneamento urbano, construção estradas de rodagem e de escolas primárias. Os municípios candidatavam-se aos empréstimos mediante projeto com justificativas de potenciais e metas a serem alcançadas. Os empréstimos eram pagos ao Estado conforme cronograma de obras e prestação de contas apresentadas pelas autoridades municipais. Cf.: BRANDÃO, Júlio Bueno, 1911.

<sup>7</sup> *Revista Alvorada*. Campanha, n. 1, ano I, ago. 1928, p. 1-3.





Em texto publicado pela *Revista Alvorada* sobre urbanismo apresentado no Congresso das Municipalidades Sul Mineiras, Jefferson de Oliveira argumenta nesse artigo que o urbanismo, tema que lhe incumbiram de debater, trata-se de uma “das teses mais complexas”. Em sua visão é na “maravilhosa associação da higiene com a estética” que “surtem as questões com aspectos diversos si se focalizam uma grande cidade ou pequenos núcleos de população”.

Seu debate parte do pressuposto de que só vale discutir naquele congresso regional questões de urbanismo correspondentes às “necessidades atuais” dos municípios sul mineiros. E nestes municípios o “urbanista terá de ser menos esteta e mais higienista” ou “primeiro higienista e depois esteta”.

Encontramos então em seu pensamento a junção de duas prerrogativas do pensamento modernizador a respeito do espaço urbano: a higienização e o embelezamento das cidades. Sem se furtar da preocupação com o embelezamento da cidade, materializado na construção de parques e praças ajardinadas e monumentais edifícios de arquitetura moderna, Jefferson de Oliveira dará ênfase em sua explanação à questão da higienização.

A ocorrência de epidemias e a insalubridade do meio urbano foram decisivas para as reformas urbanas empreendidas em várias cidades ocidentais. As constantes epidemias fizeram com que médicos e autoridades municipais se preocupassem com as condições de vida da população, tentando criar uma cidade mais salubre.

A principal proposição do Dr. Jefferson de Oliveira, em seu texto sobre Urbanismo, diz respeito à perspectiva de que o principal “problema urbano” das municipalidades sul mineiras consistiria na resolução de problemas relativos ao abastecimento de água e a remoção dos dejetos e de detritos, para os quais ele oferece “soluções”.

O debate sobre o abastecimento de água na cidade de Campanha era antigo. Em 1897, o jornal *A Consolidação* informava na seção “Câmara Municipal” que de acordo com resolução sancionada em 10 de janeiro, ficava o Agente Executivo Municipal “autorizado a fazer as operações de crédito indispensáveis para prover o abastecimento d' água a cidade mediante o sistema mais conveniente” e, além disso, ficava autorizado também a despender pela verba “obras públicas” de quantia necessária à reconstrução e desvios do aqueduto municipal<sup>8</sup>. As reclamações e os debates em relação ao abastecimento de água e a melhor forma de distribuição é tema frequente ao longo da década de 1910 e 1920, conforme se nota da leitura dos jornais publicados na cidade.

---

<sup>8</sup> *A Consolidação*. Campanha, n. 14, 7 fev. 1897.

Nesses jornais são apresentadas as melhorias efetuadas pelo Agente Executivo Municipal, como também reivindicações com vistas à melhoria do abastecimento de água<sup>9</sup>. O abastecimento de água constituía-se um dos principais problemas à época. Não dispondo de verba suficiente, a câmara municipal optou por efetuar concertos e também pela canalização de nascentes, o que tornava o serviço bastante dispendioso. Em 1928, Jefferson de Oliveira oferecia a seguinte solução para o abastecimento de água:

*Água potável de vertentes de propriedade do município captada segundo as regras da moderna engenharia sanitária será fornecida na proporção mínima de 150 litros diários para cada habitante, livre de hidrômetro e obrigatória em todos os lares. Obrigatoriamente grande abundância e o preço fixo para que os nossos patrícios não usem águas contaminadas, adquiram o hábito do asseio, se costumem ao banho diário, fonte de saúde tão precária em nossos meios<sup>10</sup>.*

Sobre a remoção de dejetos, Jefferson de Oliveira argumenta em seu artigo que:

*O meio mais pratico para a remoção dos dejetos e água servida é a rede de esgoto até o rio mais próximo, desde que o seu volume d'água seja pelo menos vinte vezes maior que o deságue dos esgotos<sup>11</sup>.*

Quanto ao lixo, diz que seu desaparecimento não ofereceria dificuldades como em um grande centro, pois uma vez retirado da zona urbana poderia ser aproveitado pela lavoura, com restrição apenas à horticultura.

A preocupação com a higiene, particularmente com a remoção do lixo em Campanha, é tema recorrente de discussão na imprensa campanhense. Em 18 de outubro de 1912, a Câmara Municipal criou o serviço de remoção de lixo, bem como nos anos seguintes, empréstimos para o estabelecimento de rede de esgotos.

No entanto, ainda em 1928, quando da exposição de Jefferson de Oliveira, era questão que demandava discussão. Jefferson de Oliveira atribui às moscas e aos mosquitos a causa de contaminação dos indivíduos. No caso da “febre tífica” (tifóide), moléstia conhecida dos municípios sul mineiros, a contaminação dos alimentos e utensílios ocorreria pelos germes transmitidos pelas moscas. Da mesma forma, diz ele, que não se ignora que os mosquitos sejam os únicos transmissores da febre amarela e do impaludismo. E, embora não fosse comprovado, outras espécies conhecidas de mosquitos eram também fatores de moléstias. No entanto, “com um pouco de asseio nas cidades, para o que é indispensável água em

<sup>9</sup> A *Campanha*. Campanha, n.459, 10 mar. 1911, n. 568, 20 jun. 1914, n. 644, 22 mar. 1916; O *Arrebenta*. Campanha, n. 55, 19 abr. 1910, p. 1.

<sup>10</sup> *Revista Alvorada*. Campanha, n. 1, ano 1, p. 4-6.

<sup>11</sup> *Ibidem*.



abundância, rede de esgotos e remoção do lixo, poderemos livrar-nos desses hóspedes importunos e perigosos hospedeiros de germens patogênicos”.

Abastecimento urbano de água, rede de esgotos e remoção do lixo constituem-se na visão do Dr. Jefferson de Oliveira na “primeira tarefa de todo administrador municipal”. Compreende que a higienização era necessária a nação. O movimento sanitário pode assim ser compreendido como um dos vetores na República Velha para o projeto ideológico de construção da nacionalidade. A ligação entre higiene, saúde pública e nacionalidade pode ser concebida como um traço distintivo do movimento sanitário brasileiro.

A suposta incapacidade racial do brasileiro era considerada uma pedra no caminho da modernização. Dessa forma, partindo da ideia de que existe um “caminho da civilização”, ou seja, de uma modelo de aperfeiçoamento moral e material para qualquer povo, os governantes deveriam zelar para que esse caminho fosse percorrido mais rapidamente pela sociedade sob seus cuidados. Para Sidney Chalhoub, “a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a ‘grandeza’ e a ‘prosperidade’ dos ‘países mais cultos’ seria a solução dos problemas de higiene pública” tornou-se senso comum entre os administradores das cidades brasileiras emergentes em final do século XIX (CHALHOUB, 1996). Poderíamos dizer que tais premissas estão presentes no texto de Jefferson de Oliveira, aliado a ideia da necessidade de educação dos povos.

Além disso, para o médico uma das grandes preocupações do urbanismo moderno dizia respeito à perspectiva de restringir ao mínimo a área urbana. Segundo sua argumentação, a observância dos preceitos de higiene e a aplicação dessas regras são tanto mais difícil quanto mais disseminadas as habitações. Assim, indaga-se: “Como restringir as áreas urbanas?”.

A higienização servia de justificativas para a criação de novos impostos. Refletindo sobre a especulação imobiliária, “numa ambição cega, entorpecem seus capitais à espera de valorização dos terrenos urbanos”, o médico considera que a única maneira de deter tal processo é a introdução de um imposto “gradativamente aumentado sobre os terrenos baldios”, de acordo com sua metragem. Dentre todos os impostos, o imposto sobre muros é o mais justo de todos. Ainda sobre a restrição da área urbana facilitaria toda a espécie de assistência pública, principalmente a difusão do ensino, a fiscalização de sua obrigatoriedade e a polícia dos costumes, concorrendo para melhorar o homem de hoje e aperfeiçoar o de amanhã, alfabetizando-o e higienizando-o.

Ao lado de engenheiros e bacharéis em direito, os médicos são portadores de um saber especializado moderno, adquirindo grande importância nas cidades do interior brasileiro,



habilitando-os muitas vezes a ocupar cargos públicos relevantes na administração municipal, com a responsabilidade de julgar as condições de salubridade dos locais e decidir sobre as medidas a serem tomadas. Dessa forma, é possível compreender a trajetória não apenas do Dr. Jefferson de Oliveira, mas também de seu irmão, Zoroastro de Oliveira, farmacêutico, à frente da administração municipal de Campanha.

Na concepção do Dr. Jefferson de Oliveira, a higiene era o elemento que fundamentaria a intervenção urbanística da cidade. Em suas considerações, “o conceito moderno de urbanismo faz da higiene sua base e do embelezamento seu fim (...) a higiene social assume hoje, sem dúvida, papel decisivo na grandeza dos povos” (*O Jornal*, 1926). Urbanismo se constitui então em uma “ciência sobre a cidade” que combinaria medidas higienistas (combate a insalubridade) e ações de embelezamento.

### **Considerações finais**

De um modo mais abrangente, buscou-se apontar para as transformações ocorridas na cidade de Campanha nas duas primeiras décadas do século XX, momento em que se destacariam na administração municipal dois campanhenses – Dr. Zoroastro de Oliveira (à frente do governo municipal entre 1908-1927) e Dr. Jefferson de Oliveira (à frente do governo municipal de 1927-1930). Nessa época ampliam-se os projetos modernizadores e de intervenção urbana em âmbito local. As intervenções empreendidas nesse período destacam-se especialmente em função da existência de uma perspectiva de degradação, de ruína e de desprestígio econômico da cidade de Campanha face a outros momentos no passado.

Acompanhar o processo de transformações ocorridas na cidade de Campanha no decurso de um longo período (1890-1930) permitiu-nos compreender e visualizar a maneira pela qual se constituiu uma representação de cidade que englobava tanto uma perspectiva de intervenção sob o espaço físico da cidade quanto se idealizava também o habitante dessa cidade. Procuramos, dessa maneira, detectar as mudanças ocorridas, as permanências, os confrontos e a construção de uma nova percepção e de um imaginário sobre o espaço urbano, bem como a elaboração de novas representações acerca do viver urbano. Partimos da hipótese de que ocorre um processo de modernização no interior no Brasil, nas pequenas cidades, tal como Campanha/MG, em que a modernização da cidade se expressaria pela busca da incorporação de um ideário civilizatório, da remodelação e de intervenções empreendidas no espaço da cidade, bem como de transformações no campo do comportamento. Ao investigar-se as transformações urbanísticas ocorridas em Campanha buscou-se cumprir o objetivo de





analisar os processos da modernização no interior do Brasil, considerando-se suas especificidades locais e as condições próprias do interior em sua formulação da modernidade. Através da ação dos Agentes Executivos Municipais, que além de instituições burocráticas, foram decisivas para o estabelecimento do ordenamento urbano das cidades, bem como para a administração dos costumes, ditando normas e prescrevendo comportamentos julgados adequados. Enfim, a partir de um contexto mais abrangente, o processo de modernização, buscou-se verificar como se desenvolviam instrumentos e modelos a partir dos quais a elite campanhense e os funcionários da Câmara Municipal lançavam mão para estabelecerem as regras, as prescrições, as leis e intervenções no espaço da cidade e no comportamento das pessoas.

Consideramos que a cidade de Campanha/MG constituiu-se entre finais do século XIX e começos do século XX uma localidade com significativa repercussão política e econômica, não apenas local, mas também regional e mesmo estadual, mantendo sua elite ativa e em constante relacionamento com as esferas de governo central, bem como participando das decisões que afetavam a sociedade brasileira. Com relação à organização do espaço urbano da cidade, pode-se dizer que seus administradores vinculavam-se às diretrizes e aos valores em curso durante a Primeira República, especialmente quanto à ideia de regularidade do espaço urbano, que expressaria a civilidade de seus habitantes.

A partir de um ordenamento urbano central, localizado no primeiro local de assentamento na primeira metade do século XVIII, a vila ampliou-se estendendo-se em sentido sul e oeste, interligando todos seus espaços, formando uma rede estruturadora do espaço urbano. Por outro lado, foram construídos os principais edifícios, que também tinham a função de elementos de estruturação. Desse modo, uma vez estabelecida a malha urbana, os espaços agiam como conformadores das ações dos indivíduos, moldando-lhes um determinado comportamento.

#### Referências Bibliográficas

FILHO, Nestor Goulart Reis. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta – A experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: SENAC/1999.



ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Família, Fortuna e Poder no Império do Brasil — Minas Gerais — Campanha da Princesa (1799-1850)*. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de Doutorado em História.

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. “*Vila de Campanha da Princesa*” - *Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX (1798-1840)*. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, 2008. Tese de Doutorado em História.

BENCHIMOL, Jaime L. *Adolpho Lutz e a entomologia médica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 592-595.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 147.

BRANDÃO, Júlio Bueno. *Mensagem ao Congresso Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

BRESCIANI, Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, Stella (Org.). *Imagens da Cidade*. São Paulo: FAPESP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: 1953, p.53.

FILHO, Nestor Goulart Reis. Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945). In: MOTTA, Carlos Guilherme. *A Viagem Inconpleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. 2.<sup>a</sup> ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *A História da Vida Privada no Brasil*, v.3, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. (dir.). *Verbetes “Higiene”*. Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.